

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – OBRAS PÚBLICAS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A questão discursiva deverá ser redigida com o máximo de **25 (vinte e cinco)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Em todas as sentenças a seguir, foi inserida uma expressão entre parênteses com o objetivo de reescrever a frase sem alterar sua correção gramatical ou seu sentido original.

Assinale a afirmativa em que essa inserção foi feita de maneira inadequada, comprometendo a estrutura ou o significado da frase.

- (A) A compra de novos uniformes veio a suprir uma deficiência de muitos de nossos alunos (inclusive) / A compra de novos uniformes veio, inclusive, a suprir uma deficiência de muitos de nossos alunos.
- (B) Não é difícil encontrar vestígios da colonização portuguesa na história moderna do Brasil (a essa altura) / Não é difícil encontrar, a essa altura, vestígios da colonização portuguesa na história moderna do Brasil.
- (C) Há medidas oficiais que conseguem corrigir problemas sociais (ainda que impopulares) / Há medidas oficiais, ainda que impopulares, que conseguem corrigir problemas sociais.
- (D) Esses jogadores não estavam ligados ao time no início do campeonato (o que talvez tenha sido bom) / Esses jogadores não estavam ligados ao time no início do campeonato, o que talvez tenha sido bom.
- (E) Os acidentes aeroviários provocam grande número de vítimas (no entanto) / Os acidentes, no entanto, aeroviários provocam grande número de vítimas.

2

O livro é relativamente grosso, de capa dura, na cor vermelha, com grandes letras na capa, destacando-se o nome do autor. Em seu interior, as páginas estão impressas em duas colunas, com letras pequenas e muitas observações no pé da página.

Considerando os aspectos semânticos e estruturais do texto, assinale a opção que apresenta uma análise adequada quanto à tipologia textual.

- (A) Trata-se de um texto argumentativo cuja tese está na valorização de um livro por sua apresentação.
- (B) Exemplifica um texto injuntivo já que há, implicitamente, a tentativa de convencer o leitor da beleza da obra.
- (C) Mostra um texto expositivo, com informações importantes sobre um determinado livro.
- (D) Classifica-se como texto descritivo, com o observador indicando dados de fora para dentro.
- (E) Indica um texto narrativo, com a evolução cronológica dos passos da leitura.

3

Este dicionário, composto de 4 volumes, cada um deles com mais de 800 páginas, traz todas as informações sobre as palavras da língua portuguesa, com dados etimológicos, gramaticais e de uso, não encontrados em nenhuma outra obra. Por sua raridade, sua encadernação é de couro polido, que serve de eficaz proteção.

Considerando os recursos argumentativos empregados no texto, assinale a afirmativa que identifica corretamente a estratégia de convencimento adotada.

- (A) Enaltecer o proprietário da obra por ser privilegiado em possuir obra tão rara.
- (B) Dignificar o comprador por poder mostrar uma obra tão cara em sua biblioteca.
- (C) Valorizar o possuidor do dicionário por dispor de uma obra de raro valor informativo.
- (D) Demonstrar as possibilidades econômicas dos que adquirem o dicionário.
- (E) Indicar, indiretamente, a alta competência do comprador da obra por ter acesso às informações nela contidas.

4

As frases a seguir foram reescritas, com a substituição da oração sublinhada por outra, precedida do conector entre parênteses.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) Poucos espectadores puderam acompanhar o filme, que usava palavras desconhecidas nas falas. (uma vez que) / Poucos espectadores puderam acompanhar o filme, uma vez que se usavam palavras desconhecidas nas falas.
- (B) Os empregados, que não podiam mais trabalhar naquele dia, foram dispensados. (como) / Os empregados foram dispensados, como não podiam mais trabalhar naquele dia.
- (C) As pessoas não gostam muito de boxe, que é um esporte violento demais. (em consequência de) / As pessoas não gostam muito de boxe, em consequência de que ele é um esporte violento demais.
- (D) O técnico, que estava aborrecido com a derrota, resolveu suspender o treinamento. (visto que) / O técnico, visto que estivesse aborrecido com a derrota, resolveu suspender o treinamento.
- (E) Os alunos, que haviam estudado muito, fizeram as provas com perfeição. (em virtude de) / Em virtude de haviam estudado muito, os alunos fizeram as provas com perfeição.

5

Em todas as frases a seguir houve a eliminação do QUE sublinhado e a substituição do verbo por um substantivo correlato.

Assinale a afirmativa em que isso foi elaborado de forma adequada.

- (A) O time que detinha o título de campeão de futebol nos EUA recebeu uma altíssima quantia como prêmio / O time detento do título de campeão mundial de futebol nos EUA recebeu uma altíssima quantia como prêmio.
- (B) O homem que escreveu o livro teve alto prejuízo / O homem editor do livro teve alto prejuízo.
- (C) Gandhi, que pacificou a Índia, revelou grande habilidade política / Gandhi, pacifista da Índia, revelou grande habilidade política.
- (D) Os espanhóis, que colonizaram o México, merecem elogios e condenações / Os espanhóis, colonizáveis do México, merecem elogios e condenações.
- (E) Os madeireiros, que invadiram os territórios indígenas, merecem a prisão / Os madeireiros, invasores dos territórios indígenas, merecem a prisão.

6

Nos exemplos a seguir foi realizada uma operação idêntica: a eliminação dos segmentos sublinhados e a inserção da partícula SE.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma adequada.

- (A) Nós não mantivemos a rotina de sempre / Manteu-se a rotina de sempre.
- (B) Nós não precisamos mais de carros alugados / Não se precisa de carros alugados.
- (C) É bom que façamos os trabalhos rapidamente / É bom fazer-se os trabalhos rapidamente.
- (D) Todo mundo protestou contra a contratação do jogador / Protestaram-se contra a contratação do jogador.
- (E) Todos quiseram ajuda dos bancos / Requis-se ajuda dos bancos.

Estatística

7

Observe a amostra de dados contábeis (em milhares de reais) a seguir.

132 202 185 214 240 186 183 180 203 204 138 98
194 295 103 222 104

A mediana desse conjunto de dados, em milhares de reais, é igual a:

- (A) 104.
- (B) 186.
- (C) 194.
- (D) 202.
- (E) 203.

8

Numa dada população, 10% dos eleitores votaram num certo candidato C a prefeito nas últimas eleições.

Se quatro desses eleitores foram aleatoriamente sorteados (com reposição), a probabilidade de que exatamente dois tenham votado em C (e dois não tenham nele votado) é aproximadamente igual a:

- (A) 0,1%.
- (B) 1,2%.
- (C) 4,9%.
- (D) 8,2%.
- (E) 14,8%.

9

Em um teste, para os valores de um determinado parâmetro, de uma hipótese nula H_0 versus uma hipótese alternativa H_1 , o nível de significância fixado indica:

- (A) a maior probabilidade de erro tipo I que se aceita cometer.
- (B) a maior probabilidade de erro tipo II que se aceita cometer.
- (C) a menor probabilidade de erro tipo I que se aceita cometer.
- (D) a menor probabilidade de erro tipo II que se aceita cometer.
- (E) a menor probabilidade de erro de decisão que se aceita cometer.

Administração Pública

10

O avanço da economia digital e a crescente complexidade de problemas públicos têm exigido novas abordagens na administração pública. Em relação à Nova Gestão Pública (*New Public Management* – NPM), surgiram diferentes avaliações sobre sua capacidade de adaptação a esse cenário.

Com base nessas discussões, é correto afirmar que a NPM:

- (A) foi gradualmente substituída por abordagens baseadas exclusivamente na participação social direta.
- (B) é reconhecida por sua flexibilidade adaptativa, o que facilitou sua aplicação em contextos globais e instáveis.
- (C) demonstrou ser eficaz na resolução de problemas públicos que envolvem múltiplos níveis de governo e atores sociais.
- (D) priorizou a responsabilização democrática e colaborativa como base para a negociação de resultados em redes interorganizacionais.
- (E) apresenta ênfase em metas e desempenho, o que nem sempre é suficiente para lidar com problemas complexos que exigem articulação entre diversos atores públicos e sociais.

11

O conceito de *accountability* ocupa papel central na teoria democrática contemporânea, ao estabelecer que agentes públicos devem responder por suas ações com base em critérios previamente definidos em um marco legal e institucional.

Com base nesse entendimento institucional da *accountability*, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilização democrática ocorre quando os ocupantes de cargos públicos prestam contas de suas ações apenas ao chefe do Poder Executivo.
- (B) a *accountability* é caracterizada pela ausência de interferência institucional, permitindo maior autonomia decisória aos agentes públicos.
- (C) os critérios de *accountability* variam de acordo com a preferência individual de cada autoridade pública, desde que haja prestação de contas à sociedade.
- (D) a *accountability* se concretiza por meio da interação entre marcos legais definidos democraticamente, controle mútuo entre os poderes e parâmetros republicanos de atuação.
- (E) a *accountability* depende unilateralmente da transparência das ações governamentais, cabendo aos próprios agentes públicos definir os critérios de controle das ações avaliadas.

12

A participação social é reconhecida como uma dimensão importante da governança democrática, contribuindo para a legitimação das decisões, a ampliação do conhecimento disponível e o fortalecimento da responsabilidade coletiva. No entanto, o desenho participativo enfrenta obstáculos relacionados à sua implementação em contextos reais de formulação de políticas públicas.

Com base nesse debate, é correto afirmar que:

- (A) a participação, embora valiosa, impõe desafios de coordenação e resolução de conflitos.
- (B) o valor da participação está restrito aos ganhos em eficiência administrativa da governança democrática.
- (C) o senso de pertencimento decorre da centralização estatal nas decisões participativas da coletividade.
- (D) a diversidade de atores garante, por si só, consenso e efetividade na implementação das políticas.
- (E) a participação tende a reduzir custos de coordenação e conflitos, mesmo com menor diversidade de informações.

Controle Externo

13

A Diretoria de Controle Externo do TCE-PE (DEX) incluiu em seu plano de auditorias atividades de fiscalização com as seguintes características:

- I. Avaliação do desempenho de programa de educação em um município quanto à sua eficiência e eficácia;
- II. Avaliação da gestão de bens do ativo de um hospital público e das medidas implementadas com vistas à sua preservação.

Os tipos de fiscalização que caracterizam essas atividades de controle externo desempenhadas pela DEX são classificados, respectivamente, como:

- (A) operacional e operacional.
- (B) patrimonial e orçamentário.
- (C) financeiro e legalidade.
- (D) legalidade e operacional.
- (E) operacional e patrimonial.

14

Todas as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis pela aplicação, guarda ou gestão de bens e dinheiros públicos têm o dever constitucional de prestar contas.

Nesse sentido, nos termos do seu Regimento Interno, as contas do TCE-PE serão apreciadas e julgadas pelo(a):

- (A) Assembleia Legislativa.
- (B) Pleno do TCE-PE.
- (C) Ministério Público de Contas.
- (D) Congresso Nacional.
- (E) Tribunal de Justiça.

Noções de Contabilidade Pública

15

Em 2024, uma universidade do setor público realizou uma campanha com alunos que já haviam se formado para arrecadar fundos para atender a despesas de manutenção. A universidade arrecadou R\$ 600.000,00.

A receita é classificada pela universidade como:

- (A) receita de serviços.
- (B) operações de crédito.
- (C) transferências correntes.
- (D) receita de contribuições.
- (E) outras receitas correntes.

16

O prefeito de um município organizou uma confraternização para comemorar o aniversário da cidade em uma praça pública em 01/03/2025. Para isso, adquiriu, em janeiro de 2025, 500 pacotes de biscoito, no valor de R\$ 5.000,00, de uma fábrica localizada em um município vizinho. O frete para o transporte foi de R\$ 800,00. Além disso, o município incorreu em seguro com o transporte até a chegada ao local do evento na cidade, de R\$ 500,00, e com o armazenamento até o dia da festa, de R\$ 900,00.

Em 28/02/2025, o estoque de produtos alimentícios era reconhecido no balanço patrimonial do município pelo seguinte valor:

- (A) R\$ 5.000,00.
- (B) R\$ 5.500,00.
- (C) R\$ 5.800,00.
- (D) R\$ 6.300,00.
- (E) R\$ 7.200,00.

Noções de Análise de Dados e de Inteligência Artificial

17

Para a realização de um relatório solicitado por uma instituição particular, foram utilizados dados relativos ao Cadastro de Imóveis Rurais (CAFIR), que é administrado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O processamento foi realizado, em julho de 2025, pela equipe de Análise e Mineração de Dados, a qual verificou que a base contém informações relativas ao imóvel rural, seu titular e, se for o caso, seus condôminos e compossuidores.

Na metodologia do relatório consta que as informações foram legalmente obtidas em fonte oficial digital, sendo que: possuem formato padronizado (CSV e PDF) e a licença *Creative Commons Attribution* para utilização; foram catalogados em 29/12/2021; e possuem atualização trimestral, tendo sido as últimas alterações processadas nos metadados em 04/11/2024 e no arquivo em 04/10/2024.

Com relação a essa base de informações, é correto afirmar que se trata de um conjunto de dados:

- (A) não abertos, tendo sua coleta restrita, pois nem todos os dados públicos têm vocação para serem dados abertos.
- (B) abertos e desatualizados, com permissão de ser livremente utilizado para tratamento, podendo conter exigências que visem preservar sua integridade e disponibilidade.
- (C) abertos e atualizados, com permissão de serem livremente modificados e armazenados em mídias externas.
- (D) não abertos, com permissão de ser utilizado para visualização, mas com restrição de compartilhamento, pois nem todos os dados públicos têm vocação para serem dados abertos.
- (E) abertos e desatualizados, com permissão de serem livremente acessados, que podem necessitar de emprego de técnicas para pré-processamento de dados.

18

Bancos de dados são serviços que permitem armazenamento, gerenciamento e recuperação de dados, de forma eficiente e escalável.

Considerando as características dos bancos de dados relacionais, assinale a afirmativa que descreve corretamente esse tipo de tecnologia.

- (A) Implementa um tipo de banco de dados distribuído focado em dados não estruturados e em vetores agrupados com base na similaridade.
- (B) Elimina a necessidade de vincular tabelas, possuindo recursos integrados de fragmentação e alta disponibilidade que facilitam o dimensionamento horizontal.
- (C) Exige esquemas e vinculação de tabelas, com foco no gerenciamento de conjuntos de dados estruturados e semiestruturados em formatos específicos, tipicamente associados a bancos de dados transacionais.
- (D) Implementa pontos de dados representados por vetores com número fixo de dimensões.
- (E) Utiliza armazenamento de dados em estruturas de dados, como um documento JSON, sem utilizar esquema.

19

Com relação aos Grandes Modelos de Linguagens (LLMs), avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () LLMs são capazes de fazer inferências a partir de um contexto, gerar respostas contextualmente relevantes, traduzir documentos para outros idiomas, resumir textos, responder a perguntas ou mesmo auxiliar em tarefas de redação criativa ou geração de código.
- () Os LLMs representam um avanço considerável no processamento de linguagem natural (PNL) e tornaram-se facilmente acessíveis ao público por meio de interfaces como o Chat GPT-3 e o GPT-4. Outros exemplos de LLMs são os modelos Llama e as representações de codificadores bidirecionais, como BERT e RoBERTa.
- () LLM é um modelo de aprendizado de máquina que pode ser usado na inteligência artificial generativa, capaz de executar diferentes funções. Os LLM são treinados a partir de grandes volumes de dados.

As afirmativas são, segundo a ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

20

Aprendizado não supervisionado usa algoritmos para analisar e agrupar conjuntos de dados não rotulados. Esses algoritmos descobrem padrões ocultos ou agrupamentos de dados sem a necessidade de intervenção humana.

Selecione a opção que contém somente métodos de aprendizado não supervisionado.

- (A) DBSCAN e K-Means.
- (B) ChatGPT e Regressão Linear.
- (C) Naive-Bayes e Regressão Matricial.
- (D) Regressão Logística e Random Forest.
- (E) Probabilistic Forest e Máquina de Vetor de Suporte.

Conhecimentos de Legislação Direito Constitucional

21

A Constituição da República dispôs sobre a existência de um direito fundamental de segunda dimensão, em norma de eficácia contida e aplicabilidade imediata, que foi objeto da Lei Estadual nº Y (LEY), que não permitiu a sua fruição por Joana. Em momento posterior, foi promulgada a Emenda Constitucional nº W (ECW), que inseriu na ordem constitucional norma de eficácia limitada e princípio programático incompatível com a LEY.

Na situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) a LEY não foi recepcionada, logo, Joana pode fruir o direito.
- (B) a norma introduzida pela ECW carece de regulamentação que integre a sua eficácia, logo, Joana não pode fruir o direito.
- (C) a norma constitucional originária ficou sem regulamentação com a não recepção da LEY, logo, Joana não pode fruir o direito.
- (D) a norma introduzida pela ECW não afetou a sistemática constitucional aplicável à situação de Joana, que permanece inalterada.
- (E) a LEY continua em vigor até ser revogada por outra lei, logo, a situação de Joana continua regida pelo conjunto normativo também integrado pela norma constitucional originária.

22

Ao apresentar o seu voto, em um processo administrativo em tramitação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado *Alfa*, o Conselheiro relator sustentou que a interpretação de determinado preceito constitucional, que deveria influir na identificação da juridicidade dos atos praticados pelo gestor, deveria ser influenciada pelas vicissitudes do ambiente sociopolítico, de modo que não deve ser reconhecida uma correspondência biunívoca entre significante interpretado e significado normativo. No curso da atividade intelectual conduzida pelo intérprete, no momento da resolução das conflitualidades intrínsecas de cunho linguístico, a preterição de alguns significados harmônicos com o significante interpretado, optando-se por outro igualmente harmônico, mostra-se legítima e compatível com a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.

Considerando a situação descrita, é correto afirmar que a linha argumentativa apresentada pelo intérprete é:

- (A) incompatível com a tópica pura.
- (B) compatível com o realismo jurídico.
- (C) compatível com as construções originalistas.
- (D) incompatível com o pensamento problemático.
- (E) incompatível com a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

23

O Tribunal de Contas de determinado ente federativo encaminhou projeto de lei ao Poder Legislativo dispondo sobre o exercício do poder cautelar por parte desse Tribunal. A primeira medida prevista no projeto consiste na possibilidade de ser decretada constrição patrimonial por prazo não superior a um ano. A segunda medida prevista no projeto autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, de modo que as cautelares possam alcançar os administradores das pessoas jurídicas que tenham celebrado ajustes considerados ilícitos e lesivos ao erário. Por fim, a terceira medida prevê a possibilidade de as cautelares serem adotadas *inautida altera pars*, de modo a assegurar a sua efetividade, sem prejuízo da ulterior e plena observância das garantias constitucionais.

Ao analisar o projeto, a Comissão de Constituição e Justiça da Casa Legislativa concluiu corretamente, na perspectiva da conformidade constitucional, que:

- (A) as três medidas são constitucionais.
- (B) apenas a primeira medida é constitucional.
- (C) apenas a segunda medida é constitucional.
- (D) apenas a primeira e a terceira medidas são constitucionais.
- (E) apenas a primeira e a segunda medidas são constitucionais.

24

Determinada Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em atuação no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, foi instalada com o objetivo de identificar as razões do não pagamento da dívida fundada, no exercício financeiro anterior, sem motivo de força maior, e os desvios de recursos públicos que estariam associados a esses acontecimentos.

Em sua reunião inicial, a CPI deliberou, de forma fundamentada, pela adoção das seguintes medidas:

- I. convocação do Procurador-Geral de Justiça, para que esclareça as medidas adotadas em relação ao objeto de apuração;
- II. quebra do sigilo bancário de agentes públicos e privados diretamente envolvidos nos fatos descritos; e
- III. interceptação telefônica dos agentes públicos diretamente envolvidos nos fatos descritos.

Essas medidas resultaram em grande resistência dos agentes aos quais eram direcionadas, que alegavam sua inconstitucionalidade. Considerando os balizamentos estabelecidos na Constituição da República, é correto afirmar, em relação às três medidas adotadas, que:

- (A) todas são constitucionais.
- (B) apenas a medida I é constitucional.
- (C) apenas a medida II é constitucional.
- (D) apenas as medidas I e III são constitucionais.
- (E) apenas as medidas II e III são constitucionais.

25

Após preencher os requisitos estabelecidos pela ordem jurídica vigente, Maria, ocupante apenas de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município *Delta*, teve deferida a sua aposentadoria voluntária pela estrutura de poder competente. Passados alguns anos e preocupada com a possibilidade de o Tribunal de Contas detectar alguma irregularidade no ato de aposentação, com risco para a continuidade na percepção dos seus proventos, Maria consultou um especialista na matéria.

Foi corretamente esclarecido a Maria que o Tribunal de Contas:

- (A) não tem competência para apreciar o seu ato de aposentação para fins de registro.
- (B) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar da sua expedição, caso contrário, o ato se tornará imutável.
- (C) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar do ingresso do processo administrativo no Tribunal, caso contrário, o ato se tornará imutável.
- (D) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar da sua expedição, caso contrário, devem ser observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa para que o registro seja negado.
- (E) deve apreciar o ato de aposentação no prazo de cinco anos, a contar do ingresso do processo administrativo no Tribunal, caso contrário, devem ser observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa para que o registro seja negado.

Direito Administrativo

26

Ao cumprir o feixe de atribuições previstas no ordenamento jurídico, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, por meio de auditores de controle externo, procedeu à fiscalização da atuação da Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e da autarquia *Mais Saúde*, no âmbito do Município *Beta*.

Nesse cenário, considerando os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a:

- (A) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* não é proveniente da desconcentração, tampouco da descentralização administrativa.
- (B) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da desconcentração administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da descentralização administrativa.
- (C) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* é manifestação da descentralização administrativa. Lado outro, a autarquia *Mais Saúde* é proveniente da desconcentração administrativa.
- (D) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da desconcentração administrativa.
- (E) Secretaria de Saúde do Município *Alfa* e a autarquia *Mais Saúde* são manifestações da descentralização administrativa.

27

O Município *Alfa* pretende publicar edital de licitação visando à aquisição de insumos de saúde para abastecer a rede local de hospitais, implementando os direitos fundamentais insculpidos no texto constitucional.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.
- II. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- III. Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

É correto afirmar que, no processo licitatório, observar-se-á o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

28

Durante a construção de um novo hospital público, Caio, servidor no Município *Alfa*, Estado de Pernambuco, liberou, dolosamente, verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, dando azo à lesividade relevante ao bem jurídico tutelado. Registre-se que os fatos chegaram ao conhecimento do Tribunal de Contas estadual.

De acordo com a narrativa, e considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caio responderá pela prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- II. Em caso de condenação, Caio perderá a função pública, terá a suspensão dos direitos políticos por até catorze anos, pagará multa civil equivalente ao valor do dano e estará sujeito à proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a catorze anos.
- III. A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa em detrimento de Caio prescreve em quatro anos, contados a partir da ocorrência do fato.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

29

José, Secretário do Município *Alfa*, no Estado de Pernambuco, tinha audiência marcada com auditores externos do Tribunal de Contas estadual. Ao conduzir o seu veículo automotor até o local da reunião, José, em excesso de velocidade, acabou por ser multado por um radar devidamente sinalizado e em funcionamento.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a multa de trânsito é uma manifestação do poder (de):

- (A) disciplinar, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (B) hierárquico, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (C) disciplinar, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (D) polícia, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.
- (E) polícia, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

30

O Estado de Pernambuco publicou edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo de concessão de serviço público. Interessada em participar do referido processo licitatório, a sociedade empresária *Emprega Mais*, por meio dos seus representantes legais, buscou maiores informações sobre os regramentos aplicáveis à futura avença.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para falsa.

- () Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuar essa responsabilidade.
- () É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
- () A outorga de subconcessão será facultativamente precedida de concorrência.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Direito Financeiro

31

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* aprovou lei estadual que concede redução de alíquota do ICMS incidente sobre bebidas fermentadas produzidas com matérias-primas regionais, como a fécula de mandioca, com base em convênio de ICMS.

A norma, sancionada pelo Governador, não foi instruída com estudo de impacto orçamentário-financeiro nem acompanhada de medidas compensatórias.

À luz da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei deve ser instruída com estudo de impacto orçamentário-financeiro e acompanhada de medidas compensatórias, sob pena de inconstitucionalidade formal.
- (B) A norma é formalmente válida, pois tratando-se de arrecadação para o futuro, não há de se falar em renúncia fiscal que exigia medidas compensatórias.
- (C) A ausência de dotação orçamentária prévia apenas impede a aplicação da norma no respectivo exercício financeiro, sem que disso resulte vício de inconstitucionalidade.
- (D) A norma do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que prevê a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para proposições legislativas que concedam renúncia fiscal aplica-se somente à União Federal.
- (E) A celebração de convênio no Conselho Nacional de Política Fazendária suprime a exigência de estimativa de impacto fiscal, pois a autorização dos Estados substitui o controle de responsabilidade orçamentária.

32

O Tribunal de Contas do Estado *Beta* realizou auditoria na execução orçamentária do Poder Legislativo do respectivo Estado e identificou que, nos quatro quadrimestres anteriores, a despesa total com pessoal daquele Poder ultrapassou o limite legal de 6% da receita corrente líquida, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em resposta, a presidência da Casa Legislativa alegou que parte dos pagamentos correspondeu a horas extras de servidores, indenizações por demissão e contratos de terceirização de serviços de limpeza e segurança.

Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a jurisprudência pertinente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os contratos de terceirização que substituam servidores públicos devem ser incluídos na apuração da despesa total com pessoal, conforme §1º do Art. 18 da LRF.
- (B) As horas extras, por constituírem despesas de natureza variável e eventual, não integram a despesa total com pessoal.
- (C) As indenizações por demissão de servidores são despesas obrigatórias permanentes e devem ser computadas nos limites de pessoal.
- (D) O descumprimento do limite legal por mais de um quadrimestre consecutivo não acarreta sanções, desde que a despesa esteja dentro do limite global anual de 60% para o ente federado.
- (E) A apuração da despesa com pessoal deve ser feita com base na receita corrente líquida de cada mês, isoladamente, e no regime de caixa.

33

O Município de Gama, por iniciativa do Prefeito, elaborou projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026. Durante a tramitação legislativa, foram apresentadas diversas emendas parlamentares que criavam novos programas e ações, além de ampliarem despesas correntes sem indicação das fontes de recursos correspondentes. A Procuradoria-Geral do Município questionou a validade dessas emendas.

Com base na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- (A) A Constituição proíbe qualquer emenda ao projeto da LOA que implique aumento de despesas, mesmo com anulação de outras.
- (B) O Poder Legislativo pode apresentar emendas à LOA, desde que compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e que indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas.
- (C) A Constituição exige que as emendas parlamentares à LOA sejam aprovadas por maioria absoluta, independentemente do conteúdo financeiro.
- (D) A elaboração do projeto de LOA é de competência concorrente entre o Executivo e o Legislativo, devendo sua aprovação ocorrer por decreto legislativo.
- (E) As emendas parlamentares individuais não estão sujeitas a qualquer limitação, pois decorrem da função fiscalizatória do Poder Legislativo.

34

Durante o segundo semestre do exercício financeiro, o Governador do Estado *Alfa* editou decreto para abertura de créditos suplementares, alegando aumento na arrecadação de receitas correntes. A justificativa técnica baseou-se em autorização constante da Lei Orçamentária Anual, que previa a possibilidade genérica de abertura desses créditos. O Tribunal de Contas estadual questionou a validade do decreto, alegando ausência de lei específica para cada abertura.

Diante desse cenário e à luz da legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A autorização genérica constante da Lei Orçamentária é suficiente para legitimar a abertura de créditos suplementares por decreto do Executivo, desde que comprovada a disponibilidade de recursos.
- (B) A abertura de créditos suplementares depende sempre de autorização legislativa específica para cada ato, não se admitindo autorização genérica.
- (C) A abertura do crédito suplementar exige tanto autorização legislativa específica quanto utilização exclusiva de recursos provenientes da anulação de outras dotações orçamentárias.
- (D) O aumento da arrecadação é fundamento legítimo para abertura de créditos especiais, mas não para créditos suplementares, que exigem compensação por corte em despesas.
- (E) A abertura de crédito suplementar por decreto, sem autorização legislativa específica, é válida apenas se houver reconhecimento de estado de calamidade pública ou urgência extrema.

Direito Civil

35

Em 10 de março de 2018, Ana, Beatriz e Carla assinaram um contrato de empréstimo com a instituição financeira Zeta S/A no valor de R\$ 300.000,00, comprometendo-se a pagar o montante em conjunto e solidariamente. O contrato foi garantido por fiança prestada por Daniel, irmão de Ana, que se obrigou como fiador e principal pagador, sem qualquer cláusula de renúncia ao benefício de ordem.

O contrato previa vencimento único para 10 de março de 2019. O pagamento não foi realizado. Em 8 de março de 2021, a instituição credora ingressou com ação judicial apenas contra Carla, uma das devedoras solidária.

Diante desse cenário, considerando as regras de prescrição previstas no Código Civil e a interpretação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assinale a opção correta.

- (A) A interrupção da prescrição ocorrida na ação contra Carla não envolve Beatriz nem prejudica Daniel, pois, como não foram citados na ação, o prazo prescricional continuou a correr em relação a ambos.
- (B) A interrupção da prescrição contra Carla envolve Beatriz, por se tratar de obrigação solidária, mas não prejudica Daniel, pois a interrupção da prescrição só atinge o fiador quando este é citado diretamente na demanda.
- (C) A interrupção da prescrição contra Carla não envolve Beatriz, por se tratar de pessoa distinta e não ter havido citação contra ela, mas prejudica Daniel, pois a interrupção contra um devedor solidário atinge o fiador.
- (D) A interrupção da prescrição contra Carla envolve Beatriz, por força da solidariedade, e prejudica Daniel, fiador, independentemente de citação direta desses sujeitos.
- (E) A interrupção da prescrição contra Carla só poderia envolver Beatriz e prejudicar Daniel se ambos tivessem sido citados na mesma ação judicial, pois, na ausência de litisconsórcio, cada coobrigado responde isoladamente.

36

Túlio, ciclista amador, pedalava em via pública de zona rural aberta ao tráfego, quando foi surpreendido por um cavalo solto que cruzou a estrada inesperadamente, provocando sua queda. Túlio sofreu fraturas no braço e na clavícula, ficando afastado do trabalho por 60 dias. Após investigação, verificou-se que o cavalo pertencia a um pequeno produtor rural da região, Sr. Olavo, cujo terreno é contíguo à estrada. A cerca da propriedade apresentava trechos danificados, permitindo a fuga dos animais.

O Sr. Olavo alegou em sua defesa que desconhecia o defeito na cerca e que o animal nunca havia fugido antes, acrescentando que o acidente só ocorreu porque Túlio trafegava em alta velocidade e não conseguiu frear a tempo.

Diante da situação hipotética e com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A responsabilidade do dono do animal depende da prova de culpa, e, no caso, a ausência de dolo ou negligência por parte do Sr. Olavo rompe o nexo de causalidade e afasta o dever de indenizar.
- (B) A responsabilidade objetiva do Sr. Olavo está afastada porque o animal agiu por impulso instintivo e o acidente se deu em via pública, rompendo o nexo causal entre sua conduta e o dano sofrido.
- (C) A responsabilidade do Sr. Olavo decorre do risco inerente à guarda do animal, e ele somente será exonerado do dever de indenizar se provar que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima ou por força maior.
- (D) A conduta do ciclista em trafegar em alta velocidade configura culpa concorrente, o que, de acordo com a legislação civil, elimina o dever de indenizar por ausência de nexo de causalidade.
- (E) Como não houve conduta omissiva direta do Sr. Olavo e o dano foi causado por ato autônomo do animal, o risco da atividade é afastado, não se configurando responsabilidade objetiva.

37

Roberta, comerciante individual, contraiu Covid-19 em 2022 e apresentou complicações graves. Durante a internação, os médicos alertaram a família de que ela necessitava com urgência de um medicamento de alto custo que não estava disponível no SUS. Diante da situação crítica, Roberta, sob forte abalo emocional, firmou contrato particular com Leandro, seu vizinho, no qual se comprometeu a transferir a ele um imóvel avaliado em R\$ 600.000,00 em troca do pagamento imediato de R\$ 100.000,00 pelo medicamento.

A transação foi formalizada por escritura pública no cartório, ainda durante o período de internação. Após a recuperação e retorno às suas atividades, Roberta, com o auxílio de advogado, ajuizou ação para anular o negócio jurídico, alegando que agiu em estado de perigo, e que Leandro se aproveitou da situação extrema para obter vantagem manifestamente excessiva.

A ação foi proposta quase cinco anos após a celebração do contrato, e Leandro alegou em contestação que o prazo para anular o negócio havia se encerrado.

Com base na legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação de anulação do negócio jurídico é imprescritível, pois o vício decorre de estado de necessidade, o que justifica a sua revisão a qualquer tempo.
- (B) O contrato é nulo de pleno direito, pois o estado de perigo afeta a validade do negócio jurídico, tornando-o inexistente.
- (C) A validade do contrato não pode ser questionada, pois Roberta agiu com autonomia e consciência, e a situação de risco não interfere na formação válida da vontade negocial.
- (D) O contrato é anulável, mas o prazo decadencial para ajuizar a ação é de dois anos, contados da cessação do estado de perigo, e a ação foi proposta dentro desse prazo.
- (E) A ação de anulação do contrato deve ser julgada improcedente, pois, mesmo havendo estado de perigo, o prazo decadencial de quatro anos para propositura da ação foi ultrapassado.

Direito Processual Civil

38

Tatiana, Rodrigo e Soraia, estudiosos do Direito Processual, debatiam a respeito da coisa julgada. Tatiana, inicialmente, aduziu que a coisa julgada material consiste na autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito, não estando mais sujeita a recurso. Em seguida, Rodrigo afirmou que os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não fazem coisa julgada. Por fim, Soraia indicou que a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada e prejudica terceiros.

Sobre os posicionamentos a respeito da coisa julgada apresentados no debate acima, é correto afirmar que:

- (A) todos estão corretos em suas afirmações.
- (B) somente Tatiana e Rodrigo estão corretos em suas afirmações.
- (C) somente Tatiana e Soraia estão corretas em suas afirmações.
- (D) somente Rodrigo e Soraia estão corretos em suas afirmações.
- (E) somente Rodrigo está correto em sua afirmação.

39

Os atos administrativos constituem a exteriorização da vontade da Administração Pública. Em tal contexto, o controle judicial dos atos administrativos é vetor de checagem da legalidade da atuação da Administração.

Tomando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal como premissas, sobre o controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao Poder Judiciário, em regra, se imiscuir nos critérios de correção de provas e de atribuição de notas em concurso público.
- (B) é vedado à Justiça reapreciar os aspectos vinculados do ato administrativo que exclui candidato em concurso público.
- (C) a motivação do ato administrativo deve ser anterior ou concomitante à sua prática, não podendo ser construída em virtude de ação judicial.
- (D) o controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar é amplo, podendo adentrar no mérito administrativo.
- (E) é ônus da Administração Pública provar a legitimidade e a veracidade do ato administrativo em juízo, por se tratar de fato constitutivo de seu direito.

40

Rafael ajuizou ação em face de Antônio, na qual pleiteou a condenação do réu ao pagamento de indenização a título de danos materiais, sustentando que seu imóvel sofreu avarias em razão do desabamento de propriedade irregularmente construída por Antônio.

Na decisão de saneamento e organização do processo, o juízo, de ofício, determinou a inversão do ônus da prova para impor ao réu o ônus de demonstrar a regularidade da construção, entendendo que Antônio teria melhor condição de se desincumbir do referido ônus.

Tomando o caso acima como premissa, é correto afirmar que:

- (A) o Magistrado agiu incorretamente, pois o ônus da prova do fato constitutivo do direito é taxativamente do autor, sendo vedada a inversão do referido ônus.
- (B) o Magistrado, com efeito, atuou de forma equivocada, pois a inversão do ônus da prova somente é cabível nas ações envolvendo relações de consumo.
- (C) a redistribuição do ônus da prova é cabível na hipótese narrada, pois há maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário por parte do réu.
- (D) não há nulidade no caso, sendo possível ao Juiz inverter o ônus da prova até a sentença.
- (E) em que pese a possibilidade de inversão do ônus da prova, essa dependeria necessariamente de requerimento das partes, vedada a iniciativa de ofício do magistrado.

Conhecimentos Específicos (Obras Públicas)

Auditoria Governamental

41

A Norma Brasileira do Setor Público (NBASP) nº 100 apresenta a auditoria governamental como um processo cumulativo e iterativo. O diploma em questão elenca um conjunto de princípios classificando-os em três categorias: princípios relacionados aos requisitos organizacionais dos órgãos de auditoria; princípios gerais que o auditor de controle externo deve considerar, antes do início e em mais de um momento no curso de uma auditoria governamental; e princípios outros relacionados a etapas específicas do processo de auditoria.

Considerando os princípios dispostos na NBASP 100, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os auditores devem fazer indagações e executar procedimentos para identificar e responder aos riscos de fraude relevantes para os objetivos da auditoria. Tal mandamento se refere ao princípio da realização da avaliação de risco para análise do problema e se aplica na fase de execução da auditoria governamental.
- (B) Os auditores devem preparar documentação de auditoria que seja suficientemente detalhada para fornecer uma compreensão clara do trabalho realizado, da evidência obtida e das conclusões alcançadas, pelo princípio geral da responsabilização.
- (C) Os auditores devem realizar uma avaliação de risco ou análise de problema, e revisá-la, se necessário, em resposta aos achados de auditoria. Tal mandamento se refere ao princípio da realização da avaliação de risco para análise do problema, e se aplica na fase de planejamento da auditoria governamental.
- (D) O auditor, após completar os procedimentos de auditoria, revisará a documentação de auditoria para determinar se o objeto foi suficientemente e apropriadamente auditado. Tal princípio se refere à fase de relatório.
- (E) Os auditores devem manter-se independentes, de modo que seus relatórios sejam imparciais e assim sejam vistos pelos usuários previstos. Tal é o princípio da imparcialidade e do reporte assertivo, constando dos princípios gerais que devem reger a atuação do auditor.

42

Leia o trecho a seguir.

Os testes de detalhes são procedimentos substantivos residuais, ou seja, todos aqueles aplicados além dos procedimentos analíticos. O objetivo é obter evidência de auditoria suficiente e apropriada de que não existem distorções relevantes no nível das afirmações sobre saldos de contas, classes de transações e divulgações.

VIEIRA, Laércio Mendes. *Auditoria Contábil-Financeira no Setor Público*. Brasília: Gestão Pública, 2021. p. 339.

Com base no trecho, assinale a opção que **não** apresenta um teste de detalhe.

- (A) Recálculo.
- (B) Conciliação de contas.
- (C) Inspeção.
- (D) Indagação.
- (E) Indicador de Endividamento.

43

Um auditor realizará uma auditoria de conformidade com o objetivo de emitir opinião sobre o objeto fiscalizado, considerando todos os aspectos relevantes e avaliando sua conformidade (ou não conformidade) perante os critérios estabelecidos. Além disso, pretende abordar questões relacionadas ao desempenho, como a economicidade e a eficiência na aplicação dos insumos comprados.

Com base no que preceitua a NBASP 400, assinale a opção que apresenta corretamente o tipo de asseguarção e a perspectiva da auditoria descrita.

- (A) Asseguarção Limitada e auditoria de conformidade combinada com auditoria financeira.
- (B) Asseguarção Razoável e auditoria de conformidade combinada com auditoria operacional.
- (C) Asseguarção Limitada e auditoria de conformidade combinada com auditoria operacional.
- (D) Asseguarção Razoável e auditoria de conformidade conduzida separada.
- (E) Asseguarção Limitada e auditoria de conformidade conduzida separada.

44

Leia o trecho a seguir.

As políticas e os procedimentos de controle de qualidade devem estar em conformidade com as normas, a fim de assegurar que as auditorias sejam realizadas com um nível de qualidade consistentemente elevado. Os procedimentos de controle e garantia da qualidade devem abranger questões tais como a direção, revisão e supervisão do processo de auditoria.

TCE/BA. *Manual do Sistema de Controle e Garantia das Qualidades das Auditorias*. Salvador, 2023, p. 3.

A partir do trecho, assinale a afirmativa **incorreta** a respeito do sistema de controle de qualidade definido na NBASP 140.

- (A) A implementação de um sistema de controle de qualidade das auditorias é essencial para que o Tribunal de Contas mantenha a reputação, a credibilidade e a capacidade de exercer suas competências.
- (B) O sistema de controle de qualidade deve estabelecer diretrizes para o planejamento, a execução e a supervisão dos trabalhos de auditoria, assegurando o cumprimento dos requisitos técnicos e normativos aplicáveis.
- (C) O controle de qualidade abrange práticas que visam garantir que os trabalhos de auditoria sejam conduzidos com consistência, rigor técnico e alinhamento às normas profissionais e institucionais.
- (D) Para que um sistema de controle de qualidade seja eficaz, precisa fazer parte da estratégia, cultura, políticas e procedimentos de cada Tribunal de Contas.
- (E) A asseguarção da qualidade é uma avaliação eventual do processo de auditoria, realizada pelo supervisor que participou da auditoria.

45

Leia o trecho a seguir da NBASP 12 - Valor e Benefício dos Tribunais de Contas - Fazendo a Diferença na Vida dos Cidadãos.

Para cumprirem sua missão constitucional e garantirem o seu valor, os Tribunais de Contas precisam ser reconhecidos pela sua credibilidade, competência e independência, tornando-se, assim, um modelo para a Administração Pública.

NBASP 12, Introdução, 6

A respeito dos princípios e orientações da NBASP 12, é correto afirmar que essa norma:

- (A) estabelece uma metodologia para a quantificação dos benefícios gerados pelos Tribunais de Contas à sociedade.
- (B) aprimora o sistema de controle externo, enquanto instrumento para garantir boa governança no âmbito dos Tribunais de Contas e para melhorar a gestão de riscos.
- (C) determina que, por sua natureza, os Tribunais de Contas devem divulgar, de forma restrita, os relatórios de auditoria e os resultados de suas ações.
- (D) apresenta um rol de princípios dentre os quais se incluem o cumprimento de código de ética e a promoção do aperfeiçoamento da administração pública.
- (E) indica pressupostos objetivos para a identificação e qualificação dos benefícios gerados pelos Tribunais de Contas à sociedade.

46

Leia a definição a seguir.

Achado de auditoria é o resultado da comparação entre as evidências encontradas e os critérios de auditoria estabelecidos. Os elementos necessários para desenvolver um achado dependem inteiramente dos objetivos da auditoria. Assim, um achado, ou um conjunto de achados, é completo na medida em que satisfaça os objetivos de auditoria

CARVALHO Jr, Jorge Pinto de; BALDRESCA, Camila Alexandra Majer. *Auditoria no setor público com ênfase no controle externo: teoria e prática*. Brasília: Gestão Pública, 2019. p. 180.

Considerando a definição citada, assinale a afirmativa correta a respeito do achado de auditoria.

- (A) O achado de auditoria pode ser uma discrepância em relação ao critério estabelecido, o seu atingimento ou a superação dos padrões estabelecidos.
- (B) A causa é um elemento intrínseco ao achado e corresponde ao efeito adverso, concreto ou potencial, gerado por este.
- (C) Por necessidade se entende a característica de o achado de auditoria ser apto a respaldar conclusões, propostas e determinações.
- (D) Por pertinência se entende a característica de o achado de auditoria possibilitar que todos cheguem à mesma conclusão a partir da sua leitura.
- (E) O achado não pode ser caracterizado quando não houver o cálculo de seus efeitos econômicos e financeiros.

Obras e Serviços de Engenharia: Planejamento, Normas, Fiscalização e Legislação

47

Um engenheiro analisa o projeto da rede de distribuição de água de uma pequena cidade com o objetivo de dimensionar a adutora dessa rede.

No projeto constam os dados a seguir.

População = 20.000 habitantes

Consumo diário = 120 litros por habitante por dia

Coefficiente do dia de maior consumo = 1,2

Coefficiente da hora de maior consumo = 1,5

O abastecimento de água será feito por uma represa que se encontra a 2.800 m de distância e com um desnível de 14 m, aproveitável para adução por gravidade. O engenheiro, então, elabora a seguinte tabela, utilizando a fórmula de Hazen-Williams:

Vazão (l/s)	Perda de carga unitária (m/m)	Diâmetro da adutora (mm)
16,7	0,0050	200
33,3	0,0025	300
33,3	0,0050	250
50,0	0,0025	350
50,0	0,0050	300

Sabe-se que o abastecimento será direto, isto é, sem reservatório de distribuição capaz de atender às variações horárias de consumo. Nessas condições, a vazão e a velocidade aproximadas da água nessa adutora (admitindo $\pi = 3$) são, respectivamente,

- (A) 16,7 l/s e 0,56 m/s.
- (B) 33,3 l/s e 0,49 m/s.
- (C) 33,3 l/s e 0,71 m/s.
- (D) 50,0 l/s e 0,54 m/s.
- (E) 50,0 l/s e 0,74 m/s.

48

Em uma obra, um grupo de trabalhadores deve realizar uma escavação em terreno plano, com boa resistência. Sabendo que a escavação tem profundidade total de 1,15 m, analise as afirmativas a seguir.

- I. A escavação somente pode ser iniciada com a liberação e a autorização do profissional legalmente habilitado.
- II. A escavação deve ser protegida com taludes ou escoramentos definidos em projeto elaborado por profissional legalmente habilitado.
- III. A escavação deve ter, previamente, avaliada a existência de riscos ocupacionais no local e, se necessário, devem ser adotadas as medidas de prevenção.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

49

No recebimento técnico de uma edificação, foi realizado o ensaio de ultrassom VUP (Velocidade do Pulso Ultrassônico) em pilares de concreto armado, conforme ilustrado na figura a seguir.



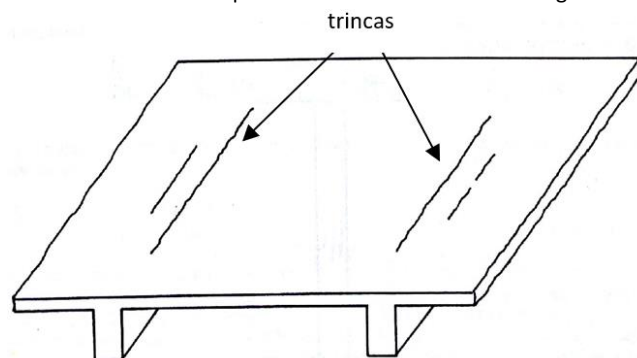
Fonte: <https://www.screeningeagle.com/pt/products/pundit-200>

Um dos pilares apresentou valores significativamente menores de VUP em sua região central, em comparação com as extremidades. Considerando o princípio do ensaio, é correto afirmar que a menor velocidade do pulso ultrassônico indica:

- (A) concreto mais denso na seção central da peça.
- (B) concreto mais homogêneo na seção central da peça.
- (C) presença de fissuras em maior quantidade nas extremidades da peça.
- (D) presença de fissuras em maior quantidade na região central da peça.
- (E) maior taxa de armadura na direção transversal de propagação das ondas nas extremidades da peça.

50

Solicitou-se a um engenheiro a avaliação estrutural de uma laje de concreto armado que apresenta fissuras em sua face superior, como demonstrado esquematicamente no desenho a seguir.



Ao observar as trincas, o engenheiro conclui corretamente que a causa possível do seu aparecimento é a:

- (A) ação de cargas de torção na laje.
- (B) falta de armadura positiva na laje.
- (C) falta de armadura negativa na laje.
- (D) movimentação higroscópica da laje.
- (E) ação de momentos volventes na laje.

51

Uma obra de engenharia é executada em diversas etapas, e cada uma demanda a apresentação de elementos específicos que a caracterizam.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, na fase de projeto básico, é obrigatório que conste(m):

- (A) a proposta de concepção da obra.
- (B) os requisitos da contratação da obra.
- (C) os critérios de medição e de pagamento da obra.
- (D) os parâmetros de adequação da obra ao interesse público.
- (E) as soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas.

52

Um governo estadual deseja construir uma escola técnica com laboratórios, biblioteca, salas de aula modernas e infraestrutura sustentável. A Secretaria de Educação possui apenas um anteprojeto, ou seja, um estudo preliminar com as necessidades funcionais e as diretrizes básicas da escola.

Em vez de contratar separadamente o projeto e depois a execução, a Administração opta por um único contrato em que a empresa vencedora será responsável por:

- elaborar o projeto básico, definindo tecnicamente a estrutura da escola;
- desenvolver o projeto executivo, com todos os detalhes construtivos, elétricos, hidráulicos e arquitetônicos;
- executar toda a obra, inclusive fundações, estrutura, acabamento, sistemas e paisagismo; e
- entregar a escola pronta para funcionamento, com todos os sistemas operacionais em conformidade com as normas.

Nesse contexto, seguindo o exposto na Lei nº 14133/2021, o regime a ser adotado é o da contratação:

- (A) integrada.
- (B) semi-integrada.
- (C) por preço global.
- (D) por preço unitário.
- (E) por empreitada integral.

53

Na elaboração do orçamento para uma obra pública, um engenheiro precisa avaliar o custo financeiro a ser considerado. Nessa obra, o custo direto somado ao custo indireto totaliza R\$ 1.000.000,00. O órgão contratante demora 1 mês para pagar a medição e a taxa de juros é de 1,0% a.m.

Assim, sabendo que, para um dado mês, o centro de gravidade das despesas é o dia 15, a data de fechamento da medição é o dia 30, e aproximando $(1+a)^b = 1+a*b$, o custo financeiro nesse mês é de:

- (A) R\$ 10.000,00.
- (B) R\$ 15.000,00.
- (C) R\$ 17.500,00.
- (D) R\$ 20.000,00.
- (E) R\$ 22.500,00.

54

A Lei nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e estabelece critérios e condições para que os entes federativos possam acessar recursos da União destinados ao manejo adequado de resíduos.

Com base nas disposições dessa lei, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Município deve elaborar um plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, para ter acesso a recursos da União destinados à gestão de resíduos sólidos.
- II. A formação de consórcios intermunicipais é vedada como forma de acesso conjunto aos recursos da União, sendo obrigatória a atuação individual de cada Município.
- III. Os Municípios que implementarem coleta seletiva com a participação de cooperativas terão preferência no recebimento de recursos da União para gestão de resíduos sólidos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

A empresa pública federal *Águas do Norte S.A.*, de capital misto, atua no setor de saneamento básico e está sujeita às disposições da Lei nº 13.303/2016. Em determinado exercício, a empresa identificou a necessidade de contratar, com urgência, serviços técnicos especializados de consultoria jurídica para atuar em processo internacional de arbitragem, cuja complexidade exigia notório conhecimento especializado e experiência prévia específica.

Considerando o caso descrito e as normas sobre licitações e contratações das estatais, especialmente o disposto na Lei nº 13.303/2016, analise as afirmativas a seguir.

- I. A contratação direta prescinde de justificativa quanto à escolha do fornecedor e à estimativa de preços, desde que haja urgência devidamente comprovada.
- II. A contratação direta de serviços técnicos especializados é admitida, desde que justificada a notória especialização do contratado e demonstrada a inviabilidade de competição.
- III. Na contratação direta, caso o órgão de controle externo constate sobrepreço ou superfaturamento, a responsabilidade será apenas do fornecedor ou prestador de serviços.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

56

Durante uma fiscalização ambiental, agentes públicos identificaram que uma indústria química localizada às margens de um rio vinha lançando efluentes tóxicos diretamente no curso d'água, sem qualquer tipo de tratamento e em desacordo com exigências estabelecidas em lei. A perícia constatou que a poluição causou a mortandade de peixes e a contaminação da água utilizada por comunidades ribeirinhas.

Nos termos da Lei nº 9.605/1998, essa conduta configura crime ambiental:

- (A) doloso, com pena de reclusão de 1 a 5 anos.
- (B) doloso, com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- (C) culposo, com pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.
- (D) doloso, com pena de detenção de seis meses a 1 ano e multa.
- (E) culposo, com pena de detenção de seis meses a 1 ano e multa.

57

De acordo com a Lei nº 14.026/2020, que atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil, os Municípios devem elaborar planos de saneamento básico como condição para o acesso a recursos públicos federais. No entanto, a legislação permite a apresentação de plano de saneamento básico simplificado para determinados Municípios, com o objetivo de desburocratizar e viabilizar o planejamento em localidades com menor porte populacional.

De acordo com a lei citada, para um Município apresentar o plano de saneamento básico em formato simplificado, o número máximo de habitantes que ele pode ter é de:

- (A) 5.000.
- (B) 10.000.
- (C) 15.000.
- (D) 20.000.
- (E) 25.000.

58

No contexto do projeto e execução de uma edificação, as análises de interferência (*clash detection*) realizadas por meio da tecnologia BIM (*Building Information Modeling*) são ferramentas estratégicas, que têm por objetivo:

- (A) monitorar a construção da edificação, identificando e prevenindo potenciais falhas estruturais.
- (B) verificar visualmente potenciais conflitos gráficos entre os modelos, sem considerar aspectos técnicos ou construtivos.
- (C) analisar a produtividade dos diferentes setores da obra, utilizando simulações em tempo real para prever atrasos na execução física do canteiro.
- (D) gerar cronogramas físico-financeiros automatizados com base em algoritmos de otimização de recursos e mão de obra, minimizando a sobreposição de tarefas.
- (E) identificar automaticamente incompatibilidades espaciais, geométricas ou técnicas entre elementos de diferentes disciplinas do projeto, permitindo a correção antes do início da construção ou, eventualmente, durante a construção.

Conhecimentos Básicos de Engenharia: obras de edificações

59

A tabela a seguir apresenta as atividades planejadas para uma obra, indicando a duração de cada uma e os pré-requisitos necessários em relação às atividades anteriores para que possam ser iniciadas.

Atividade	Duração	Condição para início
I - Levantamento Topográfico	3 meses	-
II - Estudos Geotécnicos	4 meses	2 meses após início da atividade I
III - Movimento de terra	5 meses	1 mês após término da atividade I e 1 mês após início da atividade II
IV - Execução de base e sub-base	4 meses	Atividade III 40% realizada
V - Execução de revestimento	3 meses	1 mês antes do término da atividade IV
VI - Drenagem	6 meses	1 mês após início da atividade IV
VII - Sinalização	4 meses	2 meses após início da atividade VI e 1 mês antes do término da atividade V

Sabendo-se que a obra terá início no dia 1º de outubro de 2025, e considerando que não haverá atrasos e todas as atividades serão iniciadas assim que possível, o término da obra está previsto para o final de:

- (A) agosto/2026.
- (B) setembro/2026.
- (C) outubro/2026.
- (D) novembro/2026.
- (E) dezembro/2026.

60

Uma empresa considera a seguinte hipótese para elaboração da curva ABC dos produtos que comercializa:

Classe	% do valor da demanda
A	75%
B	15%
C	10%

A tabela a seguir apresenta os produtos comercializados, com valor unitário de venda e demanda de consumo mensal.

Item	Custo unitário (R\$)	Consumo mensal (nº de unidades)
1	40,00	50
2	30,00	15
3	2,00	60
4	150,00	12
5	40,00	21
6	500,00	5
7	15,00	45
8	80,00	10

De acordo com a classificação da empresa, assinale a opção que indica corretamente os produtos que devem ser considerados da classe A.

- (A) 1, 4 e 6.
- (B) 1, 4 e 8.
- (C) 1, 4, 6 e 8.
- (D) 3, 4, 6 e 8.
- (E) 1, 2, 3, 4 e 5.

61

As peças de concreto armado devem ser submetidas a ensaios de forma para avaliar sua resistência a diversos tipos de esforços.

A respeito do controle de qualidade de materiais em concreto, relacione os tipos de ensaio listados às respectivas características.

1. Tração direta
 2. Tração indireta
 3. Flexão simples
- () Utilização de garras metálicas e prensa universal.
 () Realização de compressão diametral.
 () Aplicação de esforços nos terços da peça, situada sobre dois apoios.

A sequência correta dos ensaios, segundo a ordem apresentada, é:

- (A) 1 – 2 – 3.
 (B) 1 – 3 – 2.
 (C) 2 – 1 – 3.
 (D) 2 – 3 – 1.
 (E) 3 – 1 – 2.

62

O banheiro de um apartamento possui os aparelhos listados a seguir, com suas respectivas vazões de projeto e os pesos relativos correspondentes, utilizados para o dimensionamento da tubulação.

Peça sanitária	Vazão de projeto (litros/seg)	Peso relativo
Caixa de descarga	0,15	0,30
Chuveiro	0,20	0,40
lavatório	0,15	0,30

Considerando que todas as peças não serão utilizadas simultaneamente, a vazão a ser adotada para o dimensionamento da tubulação, em litros/segundo, é de:

- (A) 0,2.
 (B) 0,3.
 (C) 0,4.
 (D) 0,5.
 (E) 0,7.

63

No dimensionamento de uma estrutura metálica, é importante determinar o módulo Young do material empregado.

Este parâmetro visa avaliar o comportamento do aço em relação à:

- (A) dureza.
 (B) fadiga.
 (C) tração.
 (D) corrosão.
 (E) cisalhamento.

64

Em engenharia de avaliação, denomina-se benfeitoria o resultado de obra ou serviço realizado em um bem, que não pode ser removido sem causar a sua destruição, fratura ou dano.

A benfeitoria voluptuária é aquela que:

- (A) é indispensável para evitar a deterioração de um bem.
 (B) aumenta ou facilita o uso do bem, embora seja dispensável.
 (C) tem efeito sinérgico, ao valorizar também os bens no entorno.
 (D) pode causar prejuízos a imóveis no entorno de onde se situa o bem.
 (E) visa simples deleite ou recreio, sem aumentar o uso normal do bem.

Conhecimentos Básicos de Engenharia: obras hídricas saneamento energia

65

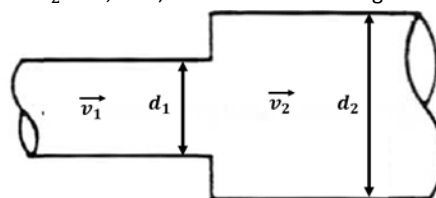
O potencial de geração de uma usina hidrelétrica depende de diversos componentes da barragem e da casa de força do empreendimento, além do estado de armazenamento do reservatório.

Uma variável que não afeta a potência gerada da usina em determinado momento é a:

- (A) cota de montante.
 (B) eficiência da turbina.
 (C) cota do canal de fuga.
 (D) área do espelho d'água.
 (E) medida do comprimento dos condutos.

66

Um trecho de tubulação, trabalhando à seção cheia, apresenta um alargamento brusco de seção, de um diâmetro $d_1 = 1,00m$ para um diâmetro $d_2 = 1,50m$, como mostrado na figura a seguir.



Sabendo-se que a velocidade antes do alargamento vale $v_1 = 1,2m/s$, e considerando as aproximações de $10m/s^2$ para a aceleração da gravidade e $\pi = 3,14$, os valores aproximados de velocidade v_2 e da perda de carga logo após o alargamento valem, respectivamente,

- (A) 0,533m/s e 0,022m.
 (B) 0,533 m/s e 0,044m.
 (C) 0,567 m/s e 0,044m.
 (D) 0,667 m/s e 0,022m.
 (E) 0,667 m/s e 0,044m.

67

Em um sistema de drenagem, para minimizar os efeitos de erosão na disposição final do fluxo junto ao terreno natural, utiliza-se um dispositivo cuja função principal é reduzir a velocidade do escoamento.

Esse dispositivo é denominado:

- (A) extravasor.
 (B) descida d'água.
 (C) valeta de aterro.
 (D) colchão drenante.
 (E) dissipador de energia.

68

Um sistema de abastecimento de água deve realizar processos adequados de tratamento antes de disponibilizá-la à população. Um destes processos é a fluoretação, que visa complementar o teor de flúor da água.

Entre os produtos químicos relacionados a seguir, aquele mais utilizado por apresentar o maior teor de flúor é o (a):

- (A) ácido fluorsilícico.
 (B) fluoreto de cálcio.
 (C) fluoreto de sódio.
 (D) fluorsilicato de sódio.
 (E) fluorsilicato de potássio.

69

Em relação ao tratamento de resíduos sólidos compostos por diferentes materiais, analise as afirmativas a seguir.

- I. O vidro é um material 100% reciclável.
- II. Guardanapos não são recicláveis.
- III. A lata de alumínio é reciclável, desde que seja removido o anel.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

70

Um engenheiro deparou-se com um relatório de iluminação pública de uma via, no qual constavam três valores verificados para o trecho de uma rua, porém sem o registro das unidades de medida:

- I. Eficiência luminosa
- II. Iluminância
- III. Fluxo luminoso

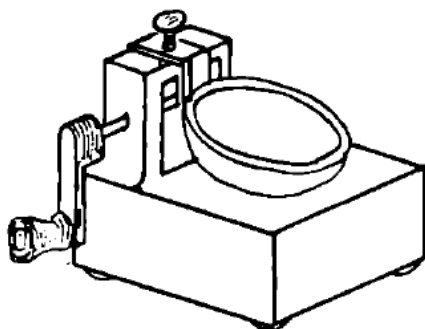
As unidades adequadas para expressar esses valores são, respectivamente,

- (A) lm/m^2 – lm/W – lm .
- (B) lm/m^2 – lm – lm/W .
- (C) lm/W – lm/m^2 – lm .
- (D) lm/W – lm – lm/m^2 .
- (E) lm – lm/W – lm/m^2 .

Conhecimentos Básicos de Engenharia: obras rodoviárias

71

A figura a seguir ilustra um aparelho utilizado para ensaio de um solo.



A propriedade física do solo determinada neste ensaio é o limite de:

- (A) liquidez.
- (B) contração.
- (C) plasticidade.
- (D) consistência.
- (E) capilaridade.

72

A tabela a seguir apresenta os dados, coletados em campo, referentes ao movimento de terra previsto para o trecho de estrada compreendido entre as estacas 30 e 38, considerando um espaçamento padrão de 20 metros entre estacas.

Trecho entre estacas:	altura média de corte (m)	altura média de aterro (m)
30 a 31	2,00	-
31 a 32	1,50	-
32 a 33	1,00	-
33 a 34	0,5 (meia seção)	0,6 (meia seção)
34 a 35	-	1,00
35 a 36	-	1,20
36 a 37	-	1,40
37 a 38	-	1,80

Observa-se que, entre as estacas 33 e 34, as cotas médias de corte e aterro consideram apenas metade da largura da seção.

Sabendo-se que a largura da faixa onde será feita a terraplenagem é de 12m e que 70% do material de corte pode ser aproveitado para a realização de aterros na mesma estrada, o volume de terra que deve ser trazido de jazida para a realização de aterros é de:

- (A) 228 m³.
- (B) 340 m³.
- (C) 432 m³.
- (D) 570 m³.
- (E) 634 m³.

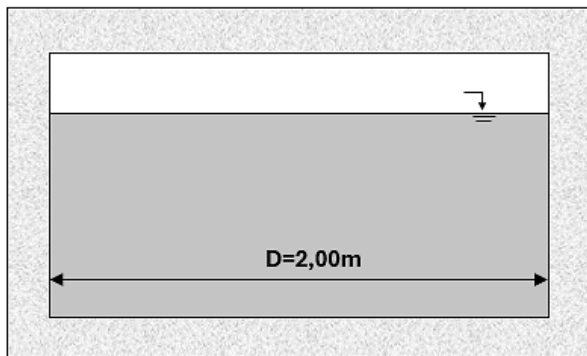
73

Em uma obra de engenharia civil, o Caderno de Encargos tem como objetivo principal:

- (A) definir os pré-requisitos sociais, ambientais e econômicos para realização do empreendimento.
- (B) indicar as responsabilidades da contratante e do contratado em relação às atividades de uma obra.
- (C) discriminar os custos para realização de uma obra, apresentando os orçamentos sintético e analítico.
- (D) determinar as multas e penalidades a serem aplicadas em caso de atraso ou não realização de atividades.
- (E) estabelecer requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a execução de uma obra.

74

A figura a seguir mostra um bueiro celular utilizado para drenagem de uma rodovia.



O bueiro foi dimensionado para escoar uma chuva de projeto com intensidade 50mm/h, caindo sobre uma área de 1,6 km², cujo coeficiente de escoamento é de 0,20. Verificou-se que, quando o canal está escoando essa chuva de projeto, a velocidade média do escoamento é de 1,5 m/s.

Nesta situação, o raio hidráulico desse bueiro vale, aproximadamente:

- (A) 0,50 m.
- (B) 0,55 m.
- (C) 0,60 m.
- (D) 0,65 m.
- (E) 0,70 m.

75

Um dos impactos ambientais identificados devido à construção de uma rodovia é o futuro aumento da erosão do solo no entorno do empreendimento.

Diante desse cenário, analise as afirmativas a seguir sobre possíveis medidas mitigadoras para esse impacto.

- I. Ampliar a seção das valetas utilizadas na drenagem.
- II. Promover colocação de grama sobre o talude.
- III. Alterar o talude de aterro de uma proporção altura/base 3:2 para 2:1.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

76

Em algumas situações, adicionam-se os chamados *fillers* aos materiais betuminosos utilizados na pavimentação de uma rodovia.

Este procedimento tem como objetivo principal:

- (A) reduzir tanto o índice de vazios como a viscosidade do material.
- (B) diminuir a viscosidade e aumentar a resistência à tração do material.
- (C) reduzir a viscosidade e atenuar a sensibilidade à temperatura do material.
- (D) aumentar a resistência à tração e reduzir o índice de vazios do material.
- (E) aumentar a viscosidade e reduzir a sensibilidade à temperatura do material.

Desestatizações

77

De acordo com a Lei nº 8.987/1995, toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.

Sobre os critérios de julgamento aplicáveis nesse tipo de processo licitatório, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando o julgamento é baseado na melhor oferta de pagamento pela outorga, após a qualificação de propostas técnicas, o edital de licitação deve especificar os parâmetros e as exigências para formulação dessas propostas.
- II. O menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado é um critério que deve sempre ser considerado.
- III. O critério de melhor técnica, com preço fixado no edital, não pode ser adotado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

78

A Lei nº 11.079/2004 institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública.

À luz dessa lei, um engenheiro deve avaliar a possibilidade de PPPs nos casos listados a seguir.

- 1. Valor do contrato de R\$ 5.000.000,00, durante um período de 25 anos, para implantação e operação do tratamento de esgoto e distribuição de água em um pequeno município.
- 2. Valor do contrato de R\$ 15.000.000,00, durante um período de 5 anos, para operação, manutenção e construção de creches municipais.
- 3. Valor do contrato de R\$ 20.000.000,00, durante um período de 25 anos, para construção e gestão de hospitais.

É possível estabelecer PPP em:

- (A) 1, apenas.
- (B) 1 e 2, apenas.
- (C) 1 e 3, apenas.
- (D) 2 e 3, apenas.
- (E) 1, 2 e 3.

79

Durante a análise das propostas de desestatização de um terminal rodoviário estadual, um engenheiro foi encarregado de avaliar os aspectos financeiros relativos à remuneração do parceiro privado. O contrato prevê o pagamento de R\$ 12.000.000,00, a ser efetuado daqui a 2 anos, com capitalização composta anual à taxa de 10% ao ano. Uma das propostas de investidor oferece o pagamento antecipado, à vista, com um desconto simples comercial de R\$ 2.400.000,00 sobre o valor de face. Outra proposta apresenta uma taxa nominal de juros de 12% ao ano, com capitalização mensal.

Com base nessas informações, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O valor presente, no regime de juros compostos a 10% ao ano por 2 anos, é R\$ 10.000.000,00.
- II. O valor presente com desconto simples comercial de R\$ 2.400.000,00 é R\$ 9.600.000,00, e isso corresponde a uma taxa de juros simples de 10% ao ano.
- III. A taxa efetiva anual correspondente à taxa nominal de 12% ao ano, com capitalização mensal, é igual a 12%.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

80

No processo de desestatização do sistema de transporte ferroviário estadual, o governo estadual concede um financiamento a um parceiro privado para implantação da infraestrutura.

O valor financiado será pago pelo parceiro privado em parcelas anuais constantes, calculadas pelo Sistema Price, conforme as condições descritas a seguir.

- Valor financiado: R\$ 10.000.000,00
- Prazo: 2 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano

Considerando essas condições, os valores aproximados da prestação anual constante e da amortização da primeira parcela são, respectivamente,

- (A) R\$ 5.500.000,00 e R\$ 4.500.000,00.
- (B) R\$ 5.580.000,00 e R\$ 4.420.000,00.
- (C) R\$ 5.680.000,00 e R\$ 4.680.000,00.
- (D) R\$ 5.760.000,00 e R\$ 4.760.000,00.
- (E) R\$ 5.860.000,00 e R\$ 4.860.000,00.

Questão Discursiva (Obras Públicas)

1

A Prefeitura de um município brasileiro pretende realizar a construção de uma nova escola pública para atender à crescente demanda da rede de ensino municipal. Para isso, iniciou o processo de contratação de uma empresa de engenharia para execução da obra. No entanto, o gestor público municipal demonstrou dúvidas quanto à escolha da modalidade de licitação mais adequada, aos princípios que devem nortear o processo licitatório, bem como às hipóteses legais que poderiam justificar a dispensa ou a inexigibilidade da licitação. Além disso, surgiram questionamentos sobre práticas vedadas, como o direcionamento do edital para beneficiar determinada empresa.

Com base na situação apresentada e na legislação vigente:

1. Explique qual ou quais modalidades de licitação poderiam ser utilizadas para a contratação da obra pública, justificando com base no valor estimado e na complexidade do objeto.
2. Apresente e explique ao menos três princípios que regem o processo licitatório.
3. Diferencie as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade da licitação, indicando um exemplo de cada, aplicável a obras públicas.
4. Cite duas vedações previstas na legislação de licitações e contratos que visam coibir fraudes ou favorecimentos indevidos durante o certame.
5. Explique o que é o planejamento da contratação pública e qual sua importância no processo licitatório, especialmente na execução de obras.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

Realização

